

O ENSINO NO PIAUÍ: ENSAIOS DE SUA FORMALIZAÇÃO (SÉCULOS XVIII E XIX).

Antonio José Gomes (UFPI)
Claudia Cristina da S. Fontineles (UESPI)
Marcelo de Sousa Neto (UESPI)

GT 11 - História, Memória e Educação

A produção acerca da História da Educação não tem sido uma das mais harmoniosas, uma vez que educadores e historiadores debatem as competências de fazer História da Educação. No entanto, não temos a intenção de nos atermos à discussão que, *per se*, representa tema que demandaria estudos mais amplos. Buscamos neste trabalho colaborar para uma melhor compreensão da História da Instrução Pública no Piauí, analisando estudos desenvolvidos por educadores e historiadores locais, e assim, tentando esboçar um perfil da educação no Piauí, em seus períodos colonial e imperial.

Com um processo de colonização *sui generis*, o Piauí tem o desenvolvimento de sua educação formal diretamente relacionado à ocupação de seu território, sendo sua experiência educacional marcada pelo signo da falta de recursos financeiros e carência de professores habilitados para exercerem as atividades de ensino, freando, portanto, a efetiva implantação de uma educação escolar nesta região.

Mostrando-se muito limitado o ensino jesuítico no Piauí, possibilitou a busca de alternativas ao ensino oficial. Com uma economia baseava na pecuária, considerava-se que a sociedade piauiense não necessitava de formação de mão-de-obra qualificada pela escola, florescendo, assim, outras experiências, principalmente ligadas ao meio rural. De que forma isso se manifestou e influenciou a história político-social do estado do Piauí é igualmente uma das finalidades deste trabalho. Por isso, ao relacionar-se com o modelo econômico-social piauiense nos séculos XVIII e XIX, procurou-se colaborar para a melhor compreensão da História da Instrução Pública do Estado.

Piauí: processo de colonização

Para que possamos compreender a constituição do ensino formal no Piauí colonial e imperial, não podemos dissociá-lo do contexto histórico-econômico da época, pois não há como separar a Instrução Pública do processo colonizador Estado.

Em seus primeiros séculos de existência política, o Piauí apresentou lenta transformação em sua estrutura econômica, o que influenciou na organização social do Estado. Analisar seu processo colonizador se faz necessário em razão da série de preconceitos que foram constituídos no que se refere ao período colonial brasileiro, que tende a ‘simplificar’ estruturas extremamente complexas, como foi o Brasil colonial, reduzindo este a *latifúndio, monocultura e trabalho escravo* (CARDOSO, 1996).

A historiografia tradicional convencionou a idéia de que a expansão da pecuária no sertão nordestino se relaciona unicamente à expansão da empresa açucareira na zona da mata nordestina, que, em um segundo momento se especializa, mantendo estreita relação com a produção do açúcar. Somente em um terceiro momento, as *fazendas de gado* se desligaram dos *engenhos* (CARDOSO, 1996). O Piauí, teria surgido neste terceiro momento¹.

A região do atual estado do Piauí teve o início de sua ocupação na segunda metade do século XVII, como passagem de expedições entre Pernambuco e o Maranhão. Por volta de 1660, a região do Piauí começa a ser objeto de penetrações mais intensas, principalmente por bandeirantes paulistas apesadores de índios² e fazendeiros baianos que combatiam os indígenas. Assim, “a primeira atração oferecida pelo Piauí é, pois, o índio, objeto de caça, que se prestava não somente a servir como mão-de-obra escrava, mas que era peça fundamental como elemento militar” (CEPRO, 1979, p.15).

Em seu primeiro século, o Piauí não possuía delimitações precisas, mas apresentava condições físicas excelentes para a criação do gado – pastos naturais, recursos hídricos e salubridade do clima – e relativa oferta de produtos coletáveis de caça, facilitando a sobrevivência da população, fatos atestados pela grande quantidade de tribos indígenas³ fixadas na região⁴ e a possibilidade de penetração linear do território que, diferente de facilitar a comunicação, facilitou sua exploração e fixação (CEPRO, 1979).

O modelo econômico implantado no Piauí exigia pouca especialização de sua mão-de-obra, em que a intervenção humana era mínima. A instalação das fazendas de gado exigiam, no entanto, amplas áreas de terras, surgindo assim extensos latifúndios no Piauí, presença que ainda se faz sentir, e que para serem instaladas deveriam ser “conquistadas” dos povos indígenas que aqui habitavam. Observa-se, assim, a necessidade da formação de verdadeiros exércitos para implementarem “guerra justa” contra o indígena.

O que observou-se é que “o desenvolvimento da economia pecuária se faria a par com outra atividade, o apresamento de índios” e “a pecuária piauiense criou, para sobreviver e se consolidar, uma capacidade de infensibilidade às crises do mercado consumidor superior à capacidade de outras áreas da pecuária nordestina” (CEPRO, 1979, pp. 20-2), com a exigência de pequenos investimentos e um sistema escravista peculiar à sua realidade, marcada pela subsistência do mercado e luta pela posse da terra⁵.

Seu formato *sui generis* de colonização, associado a idéias sem muita propriedade da sociedade estabelecida no Piauí, fizeram surgir concepções de que as relações sociais no Piauí seriam mais brandas e com pequena diferenciação, em que o vaqueiro e o fazendeiro pouco se distinguiam. Longe de buscarmos aprofundar discussão tão complexa, gostaríamos de sinalizar para a simplicidade do raciocínio, que desconsidera uma série de peculiaridades da sociedade piauiense de seus primeiros tempos, que permaneceu por longo período entre cuidar do gado e combater os índios, que fez florescer uma sociedade em que as funções militares de fazendeiros, vaqueiros e escravos se faziam muito presentes, levando umas poucas centenas de homens a dizimarem dezenas de tribos indígenas (CEPRO, 1979), fazendo surgir assim, uma sociedade em que seu cotidiano não perpassa pelo ensino formal.

Experiências educacionais

Na Capitania, Província e Estado do Piauí, a educação formal nunca foi posta como prioridade de seus governantes, e se dera “de modo lento, insuficiente para o atendimento da população e permeada de criações e extinções de escolas, devido a própria organização da produção e do trabalho neste Estado e ao modo como este vai se povoando” (LOPES, 1996, p. 39).

De acordo com Lopes (1996), a historiografia local não chega a um consenso sobre o momento da implantação das primeiras escolas no Piauí, que mesmo contando com “efêmeras tentativas de escolarização, pode-se dizer que até o final do século XVIII inexisteram escolas no Piauí” (LOPES, 1996, p. 40).

No Piauí, os Jesuítas, de importante papel na educação do Brasil Colônia, tiveram atuação muito limitada, das quais duas iniciativas destes podem ser apontadas. Em 1711, os inacianos recebem em testamento 39 fazendas de gado de Domingos Afonso Mafrense, em

território piauiense, que logo se multiplicam. A princípio, as fazendas ocupam a atenção dos religiosos que só em 1733, passam a se preocupar com a educação, conseguindo um alvará de funcionamento de um estabelecimento de ensino denominado ‘Externato Hospício da Companhia de Jesus’, não logrando êxito em razão das dificuldades de instalação, tais como, pobreza do meio, dispersão demográfica e distância dos núcleos populacionais e dificuldades de comunicação. Uma segunda iniciativa inaciana ocorre em 1749, organizando o Seminário do Rio Parnaíba, na atual cidade de Oeiras. No entanto, as lutas pela posse da terra e domínio das populações indígenas, além da persistência de dificuldades já apontadas, motivam a transferência do seminário para Aldeias Altas, hoje cidade de Caxias (MA), deixando novamente o Piauí sem nenhuma escola. (BRITO, 1996)

Para explicarmos a inexpressiva atuação dos Jesuítas na educação em solo piauiense, recorreremos ao professor Itamar Brito, que aponta como motivos:

- a) A tardia fixação da Ordem em território piauiense. Havendo chegado ao Brasil em 1549, só na segunda década do século XVIII se estabelecem no Piauí, movidos por interesses pecuniários: as fazendas de gado.
- b) A reorientação da Ordem em relação às atividades desenvolvidas na Colônia (1996, p. 14).

A fixação dos Jesuítas no Piauí ocorre em um momento em que estes concentravam esforços na criação de seminários, explicando assim a criação do Seminário do Rio Parnaíba, em lugar de escolas primárias e o fracasso da iniciativa face às condições adversas da Capitania (BRITO, 1996). Não obstante, “o ensino, com os conteúdos de leitura e escrita, e até de latim, pouco interessava a uma população de vaqueiros e homens da terra. O ensino, dissociado da realidade, não oferecia atrativos ao povo, que não sentia a necessidade de tais conhecimentos” (FERRO, 1996, p. 58).

Apesar do fracasso Jesuíta, a coroa somente veio criar duas escolas primárias na Vila da Mocha, por meio do Alvará de 03 de maio de 1757, sendo estas, de acordo com Pereira da Costa (1974), as primeiras escolas públicas do Piauí, uma destinada para meninos e uma para meninas, esta última, acrescentando em seu currículo, atividades domésticas. Deve-se lembrar que ambas não lograram êxito.

Também devem ser destacados os baixos salários dos professores em toda a História da Educação no Piauí, uma vez “que pessoas habilitadas, quase sempre abastadas, não se propunham a exercer a função. Assim, as cadeiras, se providas, em pouco eram abandonadas, donde as contínuas vacâncias a oferecer oportunidade a professores sem habilitação” (NUNES, 1974, p. 56), não sendo estranho, em seu início, o pagamento dos professores em paneiros (cestos) de farinha, fato comum nas transações comerciais da época. Assim, estas primeiras escolas não obtiveram êxito, tendo sua curta existência atribuída à falta de professores habilitados para ministrarem as aulas e a falta de recursos financeiros para a manutenção das escolas (BRITO, 1996).

O que podemos também observar, de acordo com Lopes (1996), é que,

... o ofício de professor público de primeiras letras não atraía as pessoas da época, por conta do tipo e trabalho, do status do mesmo e do salário que recebia. Como consequência as escolas que eram criadas não funcionavam ou funcionavam por pouco tempo dada a ausência de pessoas interessadas em ocupá-las (p. 52).

A preocupação do Estado com a educação era mínima, na realidade sua ação “limitava-se a criar as escolas e pagar os ordenados dos professores, sem proporcionar condições de funcionamento às mesmas. Na verdade, a escola não interessava ao Estado, o qual a considerava com a mera finalidade de moralização e disciplinamento da população” (LOPES, 1996, p. 53).

Evento que ilustra bem como se encontrava a educação no Piauí no século XVIII, é

quando o primeiro presidente do Piauí, João Pereira Caldas, em 1759, não encontrando habitantes capazes de assumirem cargos no regimento de cavalaria do Piauí, escreve ao Capitão-Mor do Pará e Maranhão, decepcionado com o estado de ignorância em que vivia a população piauiense, sem nenhuma escola oficial, situação que em 1797 ainda persistia e leva a Junta de Governo da Capitania a apelar mais uma vez à Coroa para a criação de pelo menos uma cadeira de instrução primária, que teve como um de seus argumentos ser a falta de escolas a responsável pela “rusticidade” e “ignorância” do povo.

O apelo feito pela Junta Governativa em 1797 não foi ouvido, como também não o foi o apelo feito em 1805. Somente em 1815 são criadas três escolas de primeiras letras na Capitania – uma na cidade de Oeiras, uma na Vila de Parnaíba e uma na Vila de Campo Maior – que se acredita não chegaram a funcionar em razão da carência de recursos financeiros para a educação, conseqüentemente com baixos salários oferecidos e carência de professores habilitados.

A falta de pessoas habilitadas ao magistério, tem como um de seus fatores o isolamento do Piauí em relação ao restante do país, face ao seu processo de colonização, em que os intercâmbios culturais, educacionais e até econômicos foram mínimos com outras regiões. Deve ser lembrado também que a economia baseada na pecuária não demandava formação de mão-de-obra por intermédio da escola. Somente a administração pública necessitava destes quadros (BRITO, 1996).

Como nos lembra Monsenhor Chaves, “o povo, em geral, não se interessava muito em que seus filhos aprendessem a ler e a escrever. Por seu lado, os meninos temiam a escola, que não era absolutamente risonha e franca” (1998, p. 33), em que o uso de castigos físicos não era estranho. O modelo pedagógico que tínhamos, baseava-se na autoridade do professor, que se valia de métodos como o *bê-a-bá cantado* e a palmatória (QUEIROZ, *apud* COSTA FILHO, 2000), esta última sendo abolida oficialmente pela Reforma autorizada pela Lei n. 537, de 2 de julho de 1864, mas sendo encontrada seu uso ainda no século XX.

Na realidade, o que percebemos é que, no caso da sociedade piauiense, “a escola tem pouco espaço nessa organização social, onde o trabalho principal não exigia o saber formal (escolar) mas o do mando e da organização do trabalho na pecuária” (LOPES, 1996, p. 49).

Durante o Império, o quadro da educação piauiense pouco mudou ou, em alguns momentos, piorou.

Com a Constituição de 1824, o Império determina a gratuidade do ensino, mas se mostrou uma lei inócua, não diferente no caso do Piauí e agravado com a decisão da Assembléia Geral de adotar nas escolas das Províncias o método de ensino Lancaster⁶, com o objetivo de atender a um maior número de alunos com menores custos. Método, contudo, desconhecido dos poucos professores da Província do Piauí.

Em 1824, os gastos com a educação oficial no Piauí eram mínimos, contando apenas com três escolas primárias – Oeiras, Campo Maior e Parnaíba – e duas cadeiras secundárias de latim – Oeiras.

A educação no Piauí continuava esbarrando em dois entraves já citados: falta de recursos para a educação e de pessoas qualificadas para o magistério.

Buscando atender as determinações imperiais é feito um levantamento sobre as localidades que necessitavam de escolas de primeiras letras. De acordo com os critérios estabelecidos foram criadas “escolas nas vilas e povoados Poti, Barras, Piracuruca, Piranhas e Jaicós, além de duas na cidade de Oeiras. ... Criam-se também na mesma oportunidade três cadeiras de latim em Oeiras, Parnaíba e Campo Maior” (BRITO, 1996 p. 21). Em 1845, o Piauí contava com 16 escolas públicas, de ensino primário, para o sexo masculino – 340 alunos – e três para o sexo feminino – 41 alunas (NUNES, 1974).

Em Teresina “quase que só os meninos da classe média iam às aulas da Província. Os meninos ricos estudavam de preferência nas escolas particulares, onde o aproveitamento era

mais rápido e sensível” (CHAVES, 1998, p. 33), cidade esta que contava com escolas particulares de *afamada* reputação.

O Piauí, com uma educação extremamente precária, encontrava no movimento da Balaiada um outro momento de dificuldade. Envolvidas nas batalhas que atingiam grande parte do território piauiense, as autoridades desviavam atenção e recursos. Dentro deste quadro, a educação é novamente abandonada e ademais os poucos professores se envolveram de alguma forma com a guerra, abandonando as escolas.

Dominada a ‘balaiada’ pelas tropas sob o comando do Cel. Luiz Alves de Lima e Silva, mais tarde Duque de Caxias, hoje patrono do Exército brasileiro, a Província estava praticamente sem escolas públicas, registrando-se apenas a existência de algumas escolas particulares (BRITO, 1996 p. 22-3).

Em razão da precária situação do ensino público no Piauí, surgiram inúmeras iniciativas privadas, que encontram na figura de Pe. Marcos de Araújo Costa uma de suas significativas experiências. Em 1820, Pe. Marcos, descendente de família portuguesa, abandona a capital piauiense e organiza em sua fazenda de nome Boa Esperança, a 12 km da antiga aldeia de Cajueiro – atual cidade de Jaicós – um estabelecimento de ensino primário e secundário, recebendo, gratuitamente, alunos de diferentes classes sociais, transpondo os limites do Piauí e atraindo alunos de províncias vizinhas.

Segundo Anísio Brito (*apud* NUNES, 1974) paralelo à experiência de Pe. Marcos, existia um ensino oficial que se encontrava paralisado, com escolas insuficientes e carentes de professores e sem despertar o menor interesse dos poderes públicos.

Em mensagem aos deputados, pela passagem da morte de Pe. Marcos, em 1850, o então Presidente da Província, Antônio José Saraiva, afirma: “A morte do reverendíssimo Padre Marcos, que encheu de dor a todos os corações piauienses, fechou as portas da única casa de educação que esta Província possuía” (*apud* NUNES, 1974, p. 52).

Podemos destacar ainda a experiência de Pe. Francisco Domingos de Freitas e Silva que, em sua propriedade, na atual cidade de Piripiri, funda uma escola primária e curso de latim. Além destes, outros sacerdotes desenvolveram trabalhos bem sucedidos, mas sem a mesma amplitude.

A experiência de Pe. Marcos estimula o surgimento de outras escolas mantidas por iniciativa privada de clérigos e de proprietários rurais interessados em oferecer as primeiras letras aos filhos. Assim surgem vários *professores ambulantes* ou *mestres-escolas* que ministraram aulas nas casas dos proprietários rurais ou em locais adaptados, sendo estas escolas predominantemente rurais (BRITO, 1996).

Odilon Nunes contabilizou que no ano de 1844 a Província do Piauí contava com, pelo menos, 28 escolas particulares:

Encontramos em papéis de 1844 arquivados na Casa Anísio Brito o registro destas escolas localizadas mais na zona rural que nas sedes municipais. Em Valença, por exemplo, havia 9 escolas particulares, em Barras 7, Piracuruca 3, em Príncipe Imperial 2, uma na sede e outra em Pelo Sinal, Parnaguá com 7 distribuídas pelos povoados assim: 4 em Paraim, uma em Gilbués, uma em Curimatá e outra, certamente na sede municipal. Provavelmente tinham escolas particulares em todos os municípios (1974, p. 48).

Para o professor Costa Filho (2000), as formas alternativas de ensino formal eram uma constante no Piauí do século XIX que, paralelamente ao ensino oficial, desenvolveram-se experiências capazes de atender aos interesses dos diferentes grupos sociais. Exemplo é o sistema dos mestres ambulantes que se deslocavam pelas cidades, vilas e povoados, ensinando ler, escrever e contar, além de outras práticas cotidianas necessárias à sobrevivência individual e coletiva. Para este autor, no século XIX, o sistema oficial de ensino logrou êxito, pois atendeu aos interesses dos grupos sociais de elite, fim pelo qual foi criado.

De acordo com o professor Itamar Brito (1996), o ano de 1845 marca um novo momento da educação no Piauí, chamado de “Período de Estruturação”, com a posse de Zacarias de Góis e Vasconcelos como Presidente da Província.

Na administração de Zacarias de Góis, buscou-se pela primeira vez, por meio da Lei n. 198, de 4 de outubro de 1845, normatizar a rede escolar e dar-lhe estrutura adequada, criou-se o cargo de Diretor da Instrução Pública, definiram-se os critérios de funcionamento da rede escolar e admissão de professores e, finalmente, instalou-se o primeiro estabelecimento de instrução secundária da Província, o Liceu, em Oeiras, que recebeu o nome de Colégio Estadual do Piauí e hoje denominado Colégio Estadual Zacarias de Góis, em homenagem a seu fundador.

Também com Zacarias de Góis, é estabelecida a obrigatoriedade do ensino, de 7 aos 10 anos para meninas e de 7 a 14 anos para meninos. Assim, a Província buscava solucionar a irrisória matrícula e freqüência nas escolas públicas. No entanto, era “uma medida inócua, inexequível, pois os recursos humanos e financeiros disponíveis não ofereciam condições para a instalação e manutenção de uma rede escolar capaz de atender a toda a população nas faixas etárias mencionadas” (BRITO, 1996, p. 27).

Para Zacarias de Góis, a Reforma instituída pela Lei n. 198 possibilitou uma direção uniforme para o ensino e a criação de escolas de primeiras letras que oferecessem condições de funcionamento, assim como a criação de várias cadeiras de ensino secundário. No entanto, “[Zacarias de] Góis e Vasconcelos sancionou e publicou a lei que havia apresentado à Assembléia Legislativa, mas em verdade pouco faz pela sua execução” (NUNES, 1974, p. 51).

A criação e vida do Liceu ilustram como se encontrava o ensino no Piauí, já iniciando sua existência com problemas não estranhos à realidade educacional piauiense, como falta de recursos para a instalação do estabelecimento e carência crônica de professores:

... até 1850 poucas cadeiras foram supridas e as que chegaram a funcionar eram instaladas na própria residência do professor e contavam com matrícula irrisória, cerca de três alunos em média, segundo estimativa do Presidente Antônio Saraiva. Em sua mensagem à assembléia Provincial, em 3 de julho de 1851, Saraiva chega a afirmar: ‘Pode-se dizer que o Liceu existia apenas na Legislação’ (BRITO, 1996, p. 25).

A carência de professores encontra forte motivo nos baixos salários pagos, demonstrando o quanto este aspecto tem se mantido na história educacional piauiense.

Com o objetivo de dar-lhe melhores condições de funcionamento, em sua administração, Saraiva aluga uma casa para as atividades do Liceu, mas, transferida a Capital de Oeiras para Teresina, as aulas desta escola retornam às casas dos professores. Logo após, este estabelecimento de ensino também é transferido e “continuava sua débil vida em Teresina” (NUNES, 1974, p. 54), chegando a ser extinto em 1861, só restaurado em 1867.

Devemos ainda fazer referência a uma experiência de alfabetização de adultos voluntária em Teresina, criada em 12 de novembro de 1869, na casa do Sr. Deolindo Mendes da Silva Moura, com o objetivo de alfabetizar rapazes e homens feitos, com aulas noturnas. Não se sabe ao certo seu fim, mas que sua criação causou grande mobilização popular (CHAVES, 1998).

Outro evento que merece destaque foi a movimentação para a fundação de um Seminário Menor em Teresina, que recebe apoio do Presidente da Província, então Dr. Luna Freire, mas que não foi adiante.

O que se observa é que durante o Império, ocorreram sucessivas reformas do ensino na Província, sem contudo, alterar sua fisionomia, com vista a resolver seus problemas, mas que sempre se deparavam com a falta de recursos e carência de professores. Nas palavras do professor Anísio Brito, “Várias, inúmeras as reformas, diversas leis, modificando, alterando o ensino público. Ensino obrigatório e outras providências construíram interessantes textos

legais, não logrando resultado positivo” (*apud* NUNES, 1974, p. 59).

No que se refere à carência de professores, esta não era exclusividade do Piauí, o que resultou, já na primeira metade do século XVIII, na criação de escolas normais. No Piauí, a primeira Escola Normal data de 3 de fevereiro de 1865, em cumprimento à Lei Provincial n. 365, de 5 de agosto de 1864.

A primeira Escola Normal teve vida efêmera. Odilon Nunes encontra na cobrança de uma ‘jóia’ – taxa – um dos motivos para o seu insucesso. Se “procura logo estimular os professores com uma vantajosa gratificação, mas instituiu uma jóia de 80\$000 por ano que deveria ser paga pelo aluno em quatro prestações” (NUNES, 1974, p. 294), ao instante em que, em 1862, a escola particular de “afamada” reputação de Miguel de Sousa Leal Borges Castelo Branco, cobrava uma mensalidade de 2\$000 (CHAVES, 1998).

O então Presidente da Província, Luna Freire, em relatório à Assembléia Legislativa, em 1867, informa que, em virtude desta ‘jóia’, na Escola Normal não havia alunos matriculados, somente alunos ouvintes, e mesmo posteriormente sendo dispensada esta ‘jóia’, o curso normal não floresceu, “assim, com tamanha despesa e nenhum rendimento, pois no ano de 1866 não se apresentou nenhum aluno para exames, foi extinta a escola normal pela Resolução n. 599, de 9/10/867, que restaura, entretanto, o Liceu, numa tentativa de dinamização do sistema escolar” (NUNES, 1974, p. 294). A saída do Presidente da Província, Dr. Franklin Dória, seu fundador, “determinou a morte da escola, que vivia exclusivamente do apoio incondicional que ele lhe prestava” (CHAVES, 1998, p.36).

O Ensino Normal é restabelecido em 1871, agora funcionando anexo ao Liceu e com currículo de três anos – originalmente o currículo era de dois anos. Esta segunda tentativa também teve vida breve, sendo extinta por resolução de 1874.

Em 1882, uma nova tentativa é feita, agora com currículo de apenas dois anos, como forma de apressar a formação de professores, sendo extinta por meio de Resolução de 1888.

De acordo com Odilon Nunes (1974), o insucesso das escolas normais durante o Império se dá em função de sua “prematuridade”, que tem como causa original a fragilidade econômica, preconceitos sociais e dispersão econômica. O Liceu, mesmo com seus problemas, atraía de longas distâncias os filhos de pais ricos. No entanto, as filhas não podiam ficar longe das vistas paternas, tendo acesso, quando muito, às primeiras letras ministradas em escolas particulares, muitas em fazendas, sendo difundido este tipo de ensino pelo Piauí que, em muitos municípios, superavam o número de escolas públicas.

Esperava-se que, com a República, houvesse um revigoramento do ensino no agora Estado do Piauí, iniciando-se pela formação de professores. No entanto, apesar dos insistentes apelos, o que era esperado não ocorreu, pois os legisladores,

continuavam com suas vistas voltadas para outros problemas e quando cuidavam do ensino era para aplicar novas normas ou fazerem reformas quase sempre inexecutáveis, pois não encontravam ressonância no espírito de um professorado leigo e de poucas luzes, sem bastante conhecimento e formação para compreendê-las (BRITO, 1996, p. 34).

Conclusão

Ao olharmos para este breve e limitado retrospecto da História da Educação do Piauí, percebemos que a falta de recursos e a carência de profissional marcaram a história educacional Estado nos períodos colonial e imperial, observando-se a considerável distância entre a estrutura legal e a estrutura real do ensino, aspectos inclusive destacados pelo professor Itamar Brito (1996).

No último Relatório do período monárquico, apresentado em 1889, o Presidente Dr. Raimundo Vieira da Silva, afirma:

As escolas públicas da Província, com exceção da Capital, são verdadeiros albergues. Nelas não existem os utensílios necessários que dão alegria aos alunos e vontade de ensinar ao professor. Em quase todas nota-se o desânimo, o indiferentismo, o atraso, o aniquilamento da instrução pública primária, devido à negligência do nosso governo que não tem sabido curar deste importante ramo do serviço público (NUNES, 1974, p. 298).

O que percebemos é que também o ensino público não era prioridade, e que “o elemento de realidade estava posto pela situação financeira da Província e a não prioridade da educação nas políticas públicas locais. Este fato é responsável pelo lento espalhar-se da rede pública escolar e por suas idas e vindas, em termos de criação e fechamento de escolas” (LOPES, 1996, p. 54-5).

No entanto, para além da inexistência de recursos financeiros e carência de professores qualificados, situação esta que vem perdurando e pouco mudou na realidade piauiense, o que mais prejudicou a estruturação da Instrução Pública no Piauí, foi a falta de vontade política de muitos de seus governantes.

Notas:

¹ Deve ser destacado que, estudo da Fundação CEPRO (1979), aponta que a expansão do gado em solo piauiense não se liga à expansão da empresa açucareira e sim à sua crise. A empresa açucareira esteve mais ligada à expansão dos currais ao instante que liberou mão-de-obra.

² Deve ser salientado que as bandeiras paulistas, pelo seu próprio caráter apresador, não se fixaram em solo piauiense, o que ocorreu pelos fazendeiros vindos da Bahia, sendo estes os primeiros agentes do povoamento das terras piauienses, estimulado pela abundância de terras que poderiam ser reivindicadas como sesmarias e a presença de alguma mão-de-obra que podia ser utilizada.

³ As principais tribos que ocupavam o Piauí, ou de que se tem notícias, no início de sua colonização, de acordo com Chaves (1998), eram: ‘Abetiras’, ‘Beirtas’, ‘Coarás’, ‘Nongazes’, ‘Rodoleiros’ e ‘Beicudos’ (cabeceiras do Gurguéia); ‘Anaissus’ e ‘Alongares’ (serra da Ibiapaba); ‘Arairés’ e ‘Acumês’ (cabeceiras do rio Piauí); ‘Aranhis’ e ‘Cratéus’ (cabeceiras do Poti); ‘Aroaqueses’ e ‘Corapotangas’ (chapada da Mangabeiras); ‘Aroases’ (riacho Sambito); ‘Aroanguiras’, ‘Copequacas’, ‘Cupicheres’, ‘Aranheses’, ‘Aitetus’ e ‘Corerás’ (médio Parnaíba); ‘Bocoreimas’, ‘Corsiás’ e ‘Lanceiros’ (extensão do Gurguéia); ‘Coaretizes’ e ‘Jaicós’ (vale do Gurguéia); ‘Cupinharós’ (rio Canindé); ‘Gamelas’, ‘Genipapo’ e ‘Guaranis’ (margem do Parnaíba, antes de se retirarem para o Maranhão); ‘Gueguês’ (região central do Estado); ‘Pimenteiros’ (limites com Pernambuco); ‘Prebetizes’ (rio Uruçuí); ‘Putis’ (foz do rio Poti); ‘Tremenbes’ (baixo Parnaíba e delta do Parnaíba); ‘Ubatês’, ‘Moatans’, ‘Junduis’, ‘Icós’ e ‘Urires’ (serra do Araripe). As tribos que não fugiram do Piauí, foram exterminadas.

⁴ Também é importante lembrar que, mesmo com a presença das *secas*, fenômeno constante no Piauí, esta Província tinha uma capacidade maior de resistência à seca, assim, seu gado era procurado para reconstruir os criatórios e outras áreas do nordeste após estiagens prolongadas.

⁵ Devemos lembrar que o processo de devassamento das terras do Piauí foi marcado pela luta pela posse da terra, em que os grandes proprietários de terras, que tinham recursos para investir em seu início, se deparam com a disputa de terras com vaqueiros, arrendatários e posseiros, marcando a expressão do valor da terra para esta população, sinalizando no século XVIII para a vitória dos interesses locais de vaqueiros, posseiros e arrendatários, dando início a toda uma oligarquia proprietária de terras e verdadeiramente piauiense.

⁶ O método de *Lancaster* ou de *Ensino Mútuo*, buscava que o professor atingisse o maior número de alunos através do uso de *monitores*, que eram alunos mais adiantados que orientavam alunos mais *atrasados*.

Bibliografia Citada:

-
- BRITO, I. S. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.
- CARDOSO, C. F. O Trabalho na Colônia. IN: LINHARES, M.Y. (org.). **História geral do Brasil** -9ª ed.-Rio de Janeiro:Campus, 1993.
- COSTA FILHO, A. **A Escola do Sertão**: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889. Teresina, 2000 [Dissertação de Mestrado].
- COSTA, F. A. P. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. 2 v.
- FERRO, M. A. B. **Educação e Sociedade no Piauí Republicano**. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1996.
- LOPES, A. P. C. **Beneméritos da instrução: a feminização do magistério primário piauiense**. Fortaleza, 1996. [Dissertação de Mestrado].
- MONSENHOR CHAVES. **Obra completa**; Prefácio de Teresinha Queiroz- Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1998.
- NUNES, O. **Pesquisas para a história do Piauí**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975 4 v.
- PIAUI. **Piauí**: evolução, realidade e desenvolvimento. – Teresina: Fundação CEPRO, 1979.